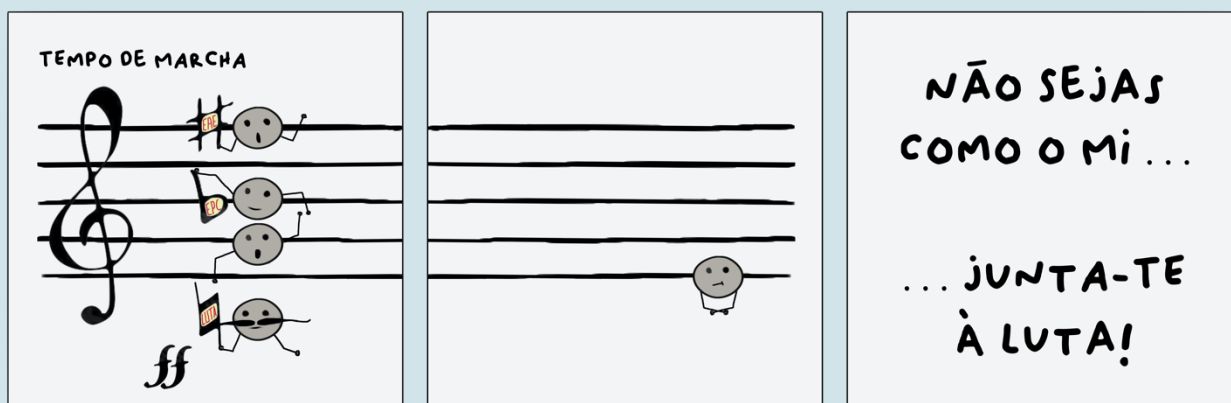


ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO

ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO



Plenário Nacional do Ensino Artístico Especializado sobre condições de trabalho e carreira, contratos de patrocínio e valorização da profissão (sócios e não sócios em formato presencial; sócios em formato online)
1 fevereiro 2025 | 10h30
Presencial no Auditório do SPN | Online [link para inscrição](#)

A FENPROF tem lutado sempre, ao longo dos anos, por melhores condições de trabalho e pela valorização de carreiras e salários dos professores do EAE. Embora tenha conseguido celebrar um novo Contrato Coletivo de Trabalho para o Ensino Particular e Cooperativo em 2022, abrangendo também o EAE, o qual teve uma atualização salarial em 2024, a FENPROF, contrariamente a outras organizações sindicais, mantém uma postura intransigente na defesa dos direitos dos professores deste setor na negociação com a CNEF, não desistindo de várias matérias importantes. Para esse efeito, já reuniu diversas vezes com os anteriores governos e grupos parlamentares. Sabendo que está prevista para 2025 uma mudança no modelo de financiamento pelo atual Governo, pretendemos reunir em breve com o mesmo, no propósito de exigir um financiamento eficiente que acomode as diversidades e dificuldades com que este setor de ensino se debate. No entanto, para que esta luta tenha destaque e resultados que se esperam positivos, é também necessária a participação conjunta dos professores. Assim, defendemos:

- O fim do horário de 29 tempos letivos, condição especialmente criada para os professores do EAE, numa escandalosa discriminação entre os diferentes setores do Ensino Particular e Cooperativo (EPC), representando uma perda de rendimento de cerca de 20%;
- A reposição dos 3 escalões de financiamento, medida lamentavelmente revogada em 2015, colocando todos em pé de igualdade quanto à antiguidade, provocando um conflito entre professores com mais anos de tempo de serviço e professores acabados de se formar;
- O pagamento de trabalho suplementar sempre que se esgote o crédito de horas relativo a trabalho em horário pós-laboral ou fins-de-semana, exigindo o cumprimento escrupuloso da lei quanto à componente não letiva, prestando especial atenção aos casos dos horários alargados aos 29 tempos, em que a componente não letiva reduz drasticamente devido ao aumento da componente letiva para além dos 24 tempos;
- A criação do grupo de recrutamento de Teatro e Expressão Dramática, valorizando e reconhecendo a relevância do grupo disciplinar no âmbito da educação artística e permitindo uma carreira digna e justa para estes professores;
- A exigência do cumprimento da prática técnico-artística prevista na componente não letiva do CCT, considerando a natureza particular da profissão;
- A denúncia de más práticas de escolas a nível de contratações abusivas com base em falsos recibos verdes e contratos de 10 meses, mas que apesar disso gozam de total impunidade por parte do governo, que simplesmente não quer saber destes professores nem do que por lá se passa;
- A responsabilização da tutela e dos sucessivos governos pela situação calamitosa do EAE provocada pelo subfinanciamento dos contratos de patrocínio, e a exigência do aumento das verbas para o financiamento;
- O respeito pelos professores do EPC, particularmente os do setor do EAE, claramente discriminados face aos congéneres do setor público.

Se te revês nestas reivindicações ou noutras que julgues pertinente acrescentar, junta-te a nós no Plenário! Participa! A tua presença é importante!



FENPROF
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES